

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.019

## **INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA (PCDs): DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PROCESSO EDUCACIONAL**

Zildelene Mariano Cardoso Silva<sup>1</sup>

João Paulo Silva do Nascimento<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146, de 2015, estabelece uma série de direitos fundamentais e diretrizes com o objetivo de assegurar a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, visando garantir sua plena participação na sociedade. Contudo, a efetivação da inclusão de alunos com deficiência (PCDs) no ambiente escolar ainda representa um grande desafio para os profissionais da educação. A implementação de práticas inclusivas exige dos professores a adaptação de métodos pedagógicos, curriculares e estruturais, além de uma abordagem mais sensível às necessidades específicas de cada aluno. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos docentes no processo de inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula, ressaltando as dificuldades relacionadas ao planejamento e execução de atividades adequadas às diferentes deficiências. Além disso, busca identificar as estratégias pedagógicas adotadas pelos educadores para promover a aprendizagem de todos os estudantes, com ênfase na criação de um ambiente inclusivo que favoreça

1 Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo PROFEPT-IFCE, zildelene.silva@prof.ce.gov.br;

2 Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo PROFEPT IFCE, jpaulo\_adm@hotmail.com;

a participação ativa de alunos com deficiência. A pesquisa também aborda os aspectos sociais, emocionais e físicos que podem interferir na integração desses alunos, discutindo a importância do apoio psicológico, das adaptações físicas das escolas e da colaboração entre os profissionais de ensino. Ademais, este estudo analisa a importância da formação docente contínua e as lacunas existentes no preparo dos professores para lidar com a diversidade. A implementação de políticas públicas, como a própria LBI, é debatida em relação à sua eficácia na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Ao final, o artigo sugere soluções e recomendações para fortalecer as práticas inclusivas nas escolas, destacando a necessidade de conscientização, capacitação e apoio contínuo aos professores, além da criação de ambientes educacionais mais acessíveis e colaborativos.

**Palavras-chave:** Inclusão, Alunos com Deficiência, Desafios Pedagógicos, Estratégias de Ensino.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inclusão educacional tem se consolidado como um dos pilares fundamentais das políticas públicas voltadas para a promoção da equidade e da justiça social no Brasil. A educação inclusiva busca garantir o direito de todos à aprendizagem, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade como elemento essencial do processo educativo. Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146, de 2015 – representa um marco normativo ao assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência (PCDs) em todos os níveis de ensino, estabelecendo diretrizes que visam eliminar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais no ambiente escolar.

Segundo Mantoan (2003), a educação inclusiva não se limita à inserção física do aluno na escola regular, mas implica reorganizar práticas, concepções e estruturas escolares de modo que o ensino se torne realmente acessível a todos. Para a autora, incluir é reconhecer as diferenças como valor educativo e romper com a lógica excludente historicamente presente no sistema escolar. Nesse sentido, a efetivação das políticas de inclusão requer um trabalho contínuo de reflexão, formação e comprometimento por parte de toda a comunidade escolar.

Contudo, a concretização desses princípios ainda enfrenta desafios significativos no cotidiano das instituições de ensino. A inclusão de alunos com deficiência demanda transformações profundas nas práticas pedagógicas, na formação docente e na estrutura física e organizacional das escolas. A heterogeneidade das deficiências – sejam elas físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas – exige dos professores planejamento diferenciado, estratégias diversificadas e uma postura pedagógica sensível às singularidades de cada estudante. Tais desafios, somados à insuficiente preparação dos profissionais e às limitações de recursos, tornam o processo de inclusão um campo complexo e multifacetado, que exige reflexão crítica e compromisso coletivo.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas enfrentadas pelos docentes no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, destacando as dificuldades de adaptação curricular e metodológica, bem como as estratégias utilizadas para garantir a participação efetiva e o aprendizado de todos. A pesquisa busca compreender como os professores lidam com a diversidade em sala de aula e quais práticas pedagógicas têm se mostrado mais eficazes para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica de autores que discutem a educação inclusiva e em análise de experiências docentes relatadas em pesquisas e documentos oficiais. Essa metodologia permite identificar os principais entraves à inclusão e, ao mesmo tempo, evidenciar as práticas exitosas que podem servir de referência para o aprimoramento das políticas educacionais.

As discussões indicam que, embora haja avanços significativos no campo legislativo e na conscientização social, ainda persistem barreiras pedagógicas, estruturais e atitudinais que dificultam a plena inclusão. Entre os desafios mais recorrentes estão a falta de formação continuada específica para os professores, a escassez de recursos adaptados e a necessidade de apoio multiprofissional nas escolas. Por outro lado, observa-se que experiências bem-sucedidas de inclusão estão associadas à colaboração entre docentes, ao uso de metodologias ativas, à flexibilização curricular e à valorização das potencialidades dos alunos com deficiência, em detrimento do foco exclusivo nas limitações.

Dessarte, os resultados apresentam que a construção de uma escola inclusiva depende não apenas da aplicação de leis e políticas públicas, mas, sobretudo, de mudanças de atitudes, práticas e concepções sobre o papel do educador e do próprio processo de ensino-aprendizagem. Conclui-se que o fortalecimento da formação docente, aliado à ampliação de recursos e à promoção de uma cultura escolar inclusiva, é fundamental

para que a educação cumpra sua função social: garantir a todos o direito de aprender, conviver e se desenvolver plenamente.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi delineada com o propósito de compreender, de maneira aprofundada, os desafios e as perspectivas enfrentadas pelos docentes no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa e descritiva, adequada à natureza do problema investigado, que busca compreender significados, percepções e práticas relacionadas à inclusão educacional no contexto escolar.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é aquela que trabalha com o universo dos significados, dos motivos e das relações humanas, possibilitando compreender fenômenos sociais de forma interpretativa. Nesse sentido, esta abordagem permite analisar não apenas as práticas pedagógicas, mas também os sentimentos, valores e desafios vivenciados pelos professores diante da diversidade em sala de aula.

A investigação foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, tendo como base autores que discutem a educação inclusiva, a formação docente e as políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. Foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, legislações e documentos oficiais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

O levantamento bibliográfico teve como objetivo identificar os principais referenciais teóricos que fundamentam a temática da inclusão escolar e, simultaneamente, mapear as principais dificuldades e estratégias relatadas por educadores e pesquisadores em diferentes contextos educacionais. A partir dessa análise, buscou-se compreender como as práticas inclusivas têm sido implementadas e quais fatores influenciam seu sucesso ou fracasso nas escolas públicas brasileiras.

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais:

- Levantamento teórico e documental, com foco em legislações e autores reconhecidos no campo da educação inclusiva, como Mantoan (2003), Sasaki (2005) e Carvalho (2004);
- Análise e sistematização dos dados teóricos, por meio da leitura crítica e categorização dos conteúdos em eixos temáticos – desafios, estratégias pedagógicas e perspectivas de inclusão;
- Síntese interpretativa dos resultados, relacionando as evidências teóricas com a realidade observada nas práticas educativas, com vistas à proposição de reflexões e recomendações para o fortalecimento das ações inclusivas.

O método adotado, portanto, não buscou quantificar dados, mas compreender a complexidade das práticas docentes e o impacto das políticas públicas na efetivação da inclusão escolar. A análise dos resultados foi construída de forma interpretativa e dialógica, considerando as contribuições dos autores estudados e a realidade concreta da educação brasileira.

Sendo assim, a metodologia deste trabalho se fundamenta em uma perspectiva reflexiva e crítica, na qual a inclusão é entendida como um processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas e das concepções educacionais. Essa abordagem permitiu não apenas identificar os obstáculos que dificultam a inclusão de alunos com deficiência, mas também reconhecer as estratégias inovadoras e as atitudes docentes que contribuem para uma escola mais acessível, justa e humanizadora.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise bibliográfica e documental sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas brasileiras, os achados foram organizados em três categorias analíticas:

- Desafios estruturais e pedagógicos da inclusão;
- Estratégias e práticas docentes para a efetivação da inclusão; Perspectivas e caminhos para o fortalecimento da educação inclusiva.

### 3.1 DESAFIOS ESTRUTURAIS E PEDAGÓGICOS DA INCLUSÃO

Os resultados evidenciam que, embora o Brasil disponha de um arcabouço legal robusto – como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) –, ainda há lacunas significativas entre o que é proposto e o que é efetivamente praticado nas escolas.

De acordo com Givigi, Oliveira e Barreto (2024), muitas instituições de ensino ainda apresentam infraestruturas inadequadas, o que inclui falta de acessibilidade arquitetônica, ausência de tecnologias assistivas e escassez de profissionais de apoio pedagógico. Essa constatação confirma que a acessibilidade física e tecnológica é um dos maiores entraves para a plena participação dos estudantes com deficiência.

Outro ponto crítico é a insuficiente formação docente para lidar com a diversidade de deficiências. Arai, Cavalcante, Belancieri e Cardozo (2024) observam que a maioria dos professores não recebeu preparo específico para adaptar conteúdos, metodologias e instrumentos avaliativos, o que compromete o planejamento e a execução de práticas realmente inclusivas.

Além disso, Araújo e Soares (2023) destacam que as barreiras atitudinais e organizacionais – como o preconceito implícito, a resistência de alguns profissionais e a falta de integração entre escola e família – ainda são obstáculos à efetivação da inclusão. Esses pensamentos corroboram com o pensamento de Mantoan (2003), para quem a inclusão escolar exige não apenas a presença física do aluno com deficiência, mas a reorganização das práticas pedagógicas, das concepções e das estruturas escolares. Para a autora, a escola inclusiva deve substituir o modelo tradicional excludente por abordagens que valorizem as diferenças e o potencial de cada estudante.

Nessa perspectiva, Sasaki (2005) reforça que a verdadeira inclusão ocorre apenas quando são superadas simultaneamente as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, garantindo o direito de todos à participação e à aprendizagem. Dessa forma, os desafios apontados evidenciam que a inclusão não se consolida apenas por força da lei, mas requer investimento em recursos, infraestrutura e, sobretudo, na formação humana e profissional dos educadores.

### **3.2 ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DOCENTES PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO**

A segunda categoria aborda as práticas pedagógicas e estratégias metodológicas adotadas pelos professores na tentativa de promover a aprendizagem e a participação de alunos com deficiência. Segundo Arai et al. (2024) ressaltam que a flexibilização curricular e a adaptação das avaliações são práticas fundamentais para garantir a equidade. Segundo os autores, estratégias como o uso de recursos lúdicos – jogos, materiais táteis, pintura e o ensino de Libras – permitem atender a diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, tornando o ensino mais inclusivo.

O uso de tecnologias assistivas e digitais também se mostra relevante. Prado, Neto, Silva e colaboradores (2024), em estudo sobre a inclusão digital de estudantes com necessidades especiais em escolas públicas brasileiras, apontam que ferramentas tecnológicas adaptadas ampliam a autonomia e a interação dos alunos, embora ainda haja carência de formação docente para seu uso efetivo. Outro fator essencial é a colaboração entre professores, famílias e equipe de apoio pedagógico. Conforme Carvalho (2004), o sucesso da inclusão não depende apenas do professor da sala regular, mas da construção de uma rede cooperativa, na qual todos os profissionais compartilhem responsabilidades e saberes.

Essas atitudes representam elementos fundamentais para o êxito das práticas inclusivas, pois revelam que a inclusão vai muito além da simples inserção física do aluno com deficiência na sala de aula. Trata-se de

um processo pedagógico e humano, que exige do professor uma postura reflexiva e transformadora diante da diversidade. Mantoan (2003) e Sasaki (2005) defendem que o professor que acredita no potencial de todos os alunos e reconhece a diferença como valor educativo é capaz de criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor, colaborativo e significativo.

Essa visão rompe com modelos tradicionais e excludentes de ensino, baseados na homogeneização, e promove a valorização das singularidades como parte essencial do processo educativo. Nesse sentido, as evidências apontam que as práticas docentes eficazes ultrapassam as adaptações técnicas ou curriculares: elas exigem mudanças profundas de concepção, sustentadas pela empatia, pela sensibilidade social e pelo compromisso ético com a formação integral do estudante. A inclusão, portanto, implica um reposicionamento do papel docente, que passa de mero transmissor de conteúdos para mediador de experiências e construtor de oportunidades de aprendizagem.

Esse olhar humanizado e ético sobre a docência contribui para a consolidação de uma escola mais democrática e justa, na qual cada aluno é reconhecido como sujeito de direitos e de saberes. Assim, a educação inclusiva se afirma como um instrumento de transformação social, capaz de ressignificar as relações pedagógicas e fortalecer a ideia de que ensinar e aprender são atos profundamente humanos, baseados no respeito, na escuta e na valorização da diversidade.

### **3.3 PERSPECTIVAS E CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A terceira categoria discute as perspectivas futuras para o fortalecimento da educação inclusiva no Brasil. Para Baiense (2022), a ampliação das matrículas de alunos com deficiência entre 2015 e 2019 demonstra avanços na política de inclusão, mas ainda há fragilidades na permanência e no sucesso escolar desses estudantes, o que revela a necessidade de monitoramento das políticas públicas e de melhoria da infraestrutura escolar.

Araújo e Soares (2023) reforçam que a parceria entre escola e família é indispensável para o desenvolvimento educacional e social dos alunos com deficiência. Segundo as autoras, o diálogo constante entre os dois espaços fortalece a confiança, a motivação e a adaptação escolar.

Além disso, a formação docente continuada é apontada como o principal eixo para a consolidação da inclusão. Mantoan (2003) e Givigi et al. (2024) concordam que essa formação deve ultrapassar o domínio técnico e incluir competências socioemocionais, éticas e reflexivas, permitindo ao professor compreender a diversidade como dimensão essencial do ensino.

Outra perspectiva relevante é o investimento em tecnologias assistivas, salas de recursos multifuncionais e apoio multiprofissional, elementos que potencializam o processo de aprendizagem e participação dos alunos com deficiência. Os estudos mais recentes também indicam uma mudança conceitual importante: conforme o modelo social da deficiência, defendido por Sassaki (2005) e atualizado em Givigi et al. (2024), o foco da inclusão deve se deslocar da limitação individual para as barreiras sociais que impedem o exercício pleno da cidadania e do direito à educação. Portanto, a inclusão efetiva requer integração entre políticas públicas, formação docente, acessibilidade física e digital, e sensibilização da comunidade escolar, consolidando uma educação centrada na equidade e na valorização da diversidade humana.

As tecnologias assistivas, em especial, representam instrumentos que promovem a democratização do conhecimento e o acesso equitativo ao currículo escolar. Elas compreendem desde recursos simples, como pranchas de comunicação e materiais adaptados, até softwares, aplicativos e dispositivos digitais que facilitam o processo de aprendizagem e a participação nas atividades escolares. Como afirmam Prado, Neto, Silva et al. (2024), essas ferramentas ampliam as possibilidades de envolvimento dos alunos com deficiência e contribuem para o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Contudo, os mesmos autores ressaltam que a formação docente ainda é uma barreira significativa: muitos professores relatam dificuldades em utilizar essas tecnologias de

modo pedagógico e inclusivo, o que reforça a necessidade de capacitação continuada e suporte técnico especializado.

Nesse cenário, as salas de recursos multifuncionais e o apoio multiprofissional também se configuram como estratégias indispensáveis. Esses espaços, previstos em políticas públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, oferecem suporte pedagógico e recursos especializados para complementar o trabalho do professor da sala regular. Além disso, a presença de profissionais como psicopedagogos, intérpretes de Libras, terapeutas ocupacionais e psicólogos escolares contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo uma atuação colaborativa e interdisciplinar.

Os estudos mais recentes sobre inclusão apontam, ainda, uma importante mudança conceitual na compreensão da deficiência, fundamentada no modelo social, conforme proposto por Sasaki (2005) e atualizado em Givigi et al. (2024). De acordo com essa abordagem, a deficiência não é vista como um problema individual ou biológico, mas como o resultado das barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais impostas pela sociedade. Dessa forma, a responsabilidade pela inclusão não recai sobre o sujeito com deficiência, mas sobre o contexto social e educacional que deve ser adaptado para garantir igualdade de oportunidades e acesso pleno aos direitos.

Esse deslocamento de perspectiva representa uma verdadeira revolução no campo educacional, pois exige que as escolas adotem práticas pedagógicas e administrativas baseadas em princípios de equidade, acessibilidade e valorização da diversidade humana. A inclusão passa, então, a ser entendida como um processo coletivo e sistêmico, que demanda a integração entre políticas públicas eficazes, infraestrutura adequada, tecnologias acessíveis, sensibilização da comunidade escolar e formação docente permanente.

Portanto, a inclusão efetiva requer mais do que a presença física do aluno com deficiência na escola; ela pressupõe mudanças estruturais e culturais profundas, que envolvem o compromisso ético e político de toda

a sociedade em reconhecer o direito de todos à educação de qualidade. Ao consolidar práticas pedagógicas que respeitam e celebram as diferenças, a escola se transforma em um espaço de justiça social, diálogo e cidadania, reafirmando seu papel na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e democrática.

### 3.4 SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa reforçam que a inclusão de alunos com deficiência é um processo coletivo, contínuo e transformador, que exige esforço conjunto entre professores, gestores, famílias e sociedade. Os dados recentes (2022-2024) confirmam e ampliam as reflexões clássicas de Mantoan (2003) e Sasaki (2005), ao mostrarem que a inclusão contemporânea precisa integrar recursos tecnológicos, práticas colaborativas e empatia pedagógica. Não basta incluir fisicamente; é necessário garantir permanência, participação e aprendizagem com qualidade.

Assim, o fortalecimento da educação inclusiva depende de quatro eixos interdependentes: formação docente continuada e crítica, infraestrutura acessível e recursos adaptados, políticas públicas articuladas e monitoradas, e mudança de mentalidade nas instituições escolares. Esses elementos não atuam isoladamente, mas de forma integrada, refletindo a complexidade do processo de inclusão.

A formação docente não se limita ao domínio técnico das adaptações curriculares, mas envolve a compreensão das dimensões sociais, emocionais e culturais da deficiência, alinhada às diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Por outro lado, a infraestrutura escolar e os recursos adaptados permitem que o estudante participe ativamente do processo educativo, rompendo barreiras físicas e comunicacionais. Já as políticas públicas, se forem eficazes e monitoradas garantem que as leis e normas se traduzam em práticas concretas, evitando que a inclusão permaneça apenas como um princípio teórico.

Ademais, a mudança de mentalidade nas instituições escolares é fundamental para criar uma cultura de valorização da diversidade, na qual a diferença é vista como potencial educativo e não como obstáculo. Quando esses fatores se articulam, a escola transforma-se em um espaço verdadeiramente inclusivo, capaz de promover aprendizagem de qualidade, cidadania plena e equidade social, reconhecendo a diversidade como uma riqueza que enriquece todo o processo educativo.

A análise dos dados obtidos permitiu identificar categorias centrais relacionadas à inclusão de alunos com deficiência (PCDs) no contexto educacional brasileiro, destacando os desafios enfrentados pelos docentes, as estratégias de ensino adotadas e as condições institucionais que influenciam o processo de inclusão. Os resultados apontam que, embora haja avanços significativos nas políticas públicas de inclusão, ainda persistem barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que dificultam a plena participação dos estudantes com deficiência nas escolas regulares.

Esse estudo apontou que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996). Essa diretriz representa um marco fundamental para a consolidação da educação inclusiva no país, ao reconhecer que o convívio escolar entre alunos com e sem deficiência é essencial para o desenvolvimento integral e para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, reforça a necessidade de assegurar acessibilidade, oferta de recursos pedagógicos adequados e igualdade de oportunidades a todos os estudantes (BRASIL, 2015).

No entanto, os resultados evidenciam que a efetivação dessas leis enfrenta obstáculos no cotidiano das instituições de ensino. Entre os principais desafios relatados pelos professores estão a ausência de formação específica para o atendimento das diferentes deficiências, a escassez de recursos tecnológicos e materiais adaptados, e a necessidade de apoio multiprofissional contínuo. Esses fatores revelam que a inclusão ainda se

configura como um processo em construção, dependente de políticas públicas consistentes e do comprometimento coletivo da comunidade escolar.

O estudo trouxe o pensamento de Mantoan (2003) e Sasaki (2005) que defendem que a verdadeira inclusão escolar exige a superação de paradigmas excludentes e o fortalecimento de uma cultura educacional que reconheça e valorize as diferenças. Carvalho (2004) complementa afirmando que o processo inclusivo requer planejamento pedagógico colaborativo e flexível, com adaptações curriculares que respeitem as singularidades dos alunos.

Por outro lado, a pesquisa também identificou práticas promissoras no campo educacional, como o uso de metodologias ativas e recursos tecnológicos adaptados, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares voltados à diversidade, e o incentivo à aprendizagem cooperativa entre estudantes. Essas ações, conforme apontam Araújo e Soares (2023) e Arai et al. (2024), contribuem para o fortalecimento de um ambiente escolar mais inclusivo e participativo, no qual o aluno com deficiência não apenas é acolhido, mas efetivamente incluído no processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados, portanto, indicam que a construção de uma educação inclusiva de qualidade depende da articulação entre formação docente, infraestrutura adequada, apoio pedagógico especializado e políticas públicas efetivas. Quando esses elementos se combinam, o ambiente escolar torna-se mais acessível e equitativo, concretizando os princípios previstos pela LDB e pela LBI, e promovendo o desenvolvimento integral de todos os alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou os desafios e perspectivas no processo de inclusão de alunos com deficiência (PCDs) no contexto escolar, abordando práticas pedagógicas, barreiras estruturais e sociais, além das estratégias

docentes voltadas à promoção de um ambiente educativo verdadeiramente inclusivo. A partir da análise da literatura e das práticas relatadas pelos profissionais da educação, verificou-se que a inclusão efetiva vai muito além do cumprimento da legislação vigente, demandando um compromisso ético, social e pedagógico de toda a comunidade escolar.

Os resultados indicam que os principais desafios enfrentados pelos docentes incluem a insuficiência de formação específica para lidar com a diversidade de deficiências, a limitação de recursos físicos e tecnológicos, e barreiras atitudinais, muitas vezes enraizadas em concepções tradicionais de ensino. Nesse cenário, os professores precisam desenvolver estratégias pedagógicas criativas e adaptativas, ajustando conteúdos, métodos e avaliações, de modo a garantir participação plena e aprendizagem significativa para todos os alunos, respeitando suas especificidades.

A pesquisa evidencia que a inclusão é um processo interdisciplinar e coletivo, que requer cooperação entre professores, gestores, famílias, equipe de apoio pedagógico e sociedade. A efetividade da inclusão depende da articulação de quatro eixos fundamentais: formação docente continuada e sensível à diversidade, infraestrutura acessível e recursos pedagógicos adaptados, políticas públicas eficazes e monitoradas, e cultura institucional de valorização da diferença. Quando esses elementos se articulam, a escola se transforma em um espaço acolhedor, capaz de promover igualdade de oportunidades, desenvolvimento integral dos estudantes e aprendizagem de qualidade, reconhecendo a diversidade como uma riqueza educacional e social.

Em relação ao objetivo da pesquisa, pode-se afirmar que foi alcançado, uma vez que o estudo identificou e analisou os desafios enfrentados pelos docentes no processo de inclusão, assim como discutiu estratégias pedagógicas e perspectivas para o aprimoramento das práticas inclusivas. Os resultados permitem compreender melhor as barreiras pedagógicas, estruturais e sociais, além de ressaltar a importância do apoio institucional, da articulação entre profissionais e da formação contínua para a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade.

Para a comunidade científica, este estudo contribui ao apontar a necessidade de novas pesquisas voltadas à eficácia de metodologias inclusivas, formação docente especializada, impacto das políticas públicas e experiências inovadoras de ensino. Destaca-se também a relevância de investigações que considerem a percepção dos próprios alunos com deficiência e de suas famílias, ampliando a compreensão das necessidades e expectativas da comunidade escolar.

A pesquisa reforça que a educação inclusiva é um processo contínuo de transformação social, capaz de promover direitos, fortalecer a cidadania e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Os desafios enfrentados, embora significativos, podem ser superados por meio da resiliência, criatividade, cooperação e comprometimento coletivo. Assim, este estudo não apenas contribui para o conhecimento acadêmico, mas também oferece subsídios práticos para gestores, professores e formuladores de políticas públicas, orientando a construção de escolas cada vez mais inclusivas, humanas e socialmente responsáveis.

Os desafios que permeiam esse processo — como a escassez de recursos, a necessidade de formação docente continuada e a resistência a mudanças culturais —, embora significativos, podem ser superados mediante o fortalecimento de práticas pedagógicas colaborativas, a valorização do trabalho docente e o compromisso das instituições de ensino em assegurar condições equitativas de aprendizagem. A inclusão requer resiliência, criatividade, empatia e cooperação de todos os agentes educacionais, constituindo um esforço coletivo que visa romper barreiras históricas e promover a verdadeira democratização do ensino.

Dessa forma, este estudo não apenas contribui para o avanço do conhecimento acadêmico sobre a temática da inclusão, mas também oferece subsídios práticos e reflexões aplicáveis à realidade educacional contemporânea. Ao discutir os desafios, avanços e perspectivas do processo de inclusão de alunos com deficiência, esta pesquisa reafirma a importância de compreender a escola como espaço de transformação

social, no qual o respeito às diferenças e a equidade de oportunidades são princípios fundamentais da educação de qualidade.

As análises aqui apresentadas podem orientar gestores, professores e formuladores de políticas públicas na construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos, humanos e socialmente responsáveis, em que todos os estudantes tenham condições reais de aprender, se desenvolver e participar plenamente da vida escolar e comunitária. A promoção da inclusão demanda, portanto, comprometimento coletivo, investimento em formação docente, políticas públicas consistentes e o fortalecimento de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade como riqueza e não como obstáculo.

Assim, reafirma-se que a educação inclusiva não é apenas uma exigência legal, assegurada por instrumentos como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), mas um compromisso ético, social e humano, essencial para a consolidação de uma sociedade mais justa, solidária e verdadeiramente democrática.

Contudo, é importante destacar que a inclusão educacional é um processo contínuo e inacabado, que precisa ser constantemente debatido, pesquisado e reconstruído à luz das transformações sociais, culturais e tecnológicas. O diálogo permanente entre a teoria e a prática, aliado à troca de experiências entre educadores e especialistas, é indispensável para que se avance na superação das barreiras que ainda limitam a participação plena dos estudantes com deficiência.

Portanto, a inclusão deve permanecer como pauta permanente nas discussões acadêmicas e institucionais, não apenas como tema de estudo, mas como prática cotidiana e compromisso ético de todos os que acreditam na educação como instrumento de emancipação e cidadania. Somente por meio da reflexão contínua, da ação colaborativa e do engajamento social será possível construir uma escola – e, por extensão, uma sociedade – verdadeiramente inclusiva, humana e transformadora.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eva Cristina do Carmo; SOARES, Marcia Torres Neri. Family expectations on the inclusion of students with disabilities: Interfaces with the school curriculum. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 9, p. e5212943240, 2023.

ARAI, Andressa Miho; CAVALCANTE, Ednéia Francisco; BELANCIERI, Maria de Fátima; CARDOZO, Magda Arlete Vieira. *Inclusive pedagogical practices: A paradigm under construction*. Seven Editora, 2024.

BAÍENSE, Ana Elena dos Santos. Percentage of students enrolled with disabilities in common or special classes exclusively in Brazil – 2015 to 2019. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, p. e23011124763, 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 30 out. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento; OLIVEIRA, Lillian Muniz; BARRETO, Lara Lyss de Almeida. Challenges for the school inclusion of people with disabilities. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2024. Disponível em: <https://seer.ufal.br>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PRADO, Roselândia do Nascimento; NETO, Gisélia Pinho; SILVA, Adriana Farias Santos; et al. Digital inclusion in students with special needs in Brazilian public schools. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, v. 5, n. 04, 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SANTOS, S. P. dos; SARDAGNA, H. V. Acessibilidade curricular e inclusão escolar: uma revisão de literatura. *Educere et Educare*, v. 18, n. 45, p. 434-454, 2023.

SANTANA, Everaldo da Silva; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. A inclusão escolar e a importância da família na escola. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 8, p. 515-518, 2023.